CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Zucco: tática de abalar base importante do governo

Oposição se prepara para a guerra da CPMI

Embora por definição uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja no Congresso um instrumento da minoria, em condições normais de temperatura e pressão o governo quase sempre a controla. É considerado um instrumento da minoria, porque não é necessário o apoio de mais da metade. Mas, depois, a composição é proporcional. Assim, um governo, quando tem base organizada, consegue mantê-la sob o controle. Mas esse é o ponto. Quando a base do governo não está organizada, a oposição consegue produzir um grande estrago. Há vários exemplos. O mais clássico a CPI do PC. O então presidente Fernando Collor não conseguiu evitar que ela produzisse uma apuração que foi tão forte que levou ao seu impeachment.

Covid

O mesmo aconteceu na CPI da Covid. A base do ex-presidente Jair Bolsonaro não teve a menor condição de evitar que a oposição conduzisse ali as investigações. Tentou em vão, por exemplo, incluir na apuração a compra de respiradores pelo Consórcio Nordeste.

Consórcio

Não porque não houvesse o que apurar. A história dos respiradores comprados e não entregues ainda hoje fustiga o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que à época, no governo da Bahia, presidia o consórcio. Mas a oposição gritava e o comando da CPI fazia ouvidos moucos.

Fundação Perseu Abramo

Frei Chico: alvo que a oposição visa perseguir

Governo agora irá conduzir a apuração?

A oposição vislumbra agora reproduzir essa situação no segundo semestre quando for instalada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que irá investigar as fraudes no INSS. Enquanto pôde, o governo tratou de evitar que a CPMI fosse instalada. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ganhou o máximo de tempo. Mas, afinal, leu o pedido de instalação. Já no fim do primeiro semestre. Depois, no entanto, a história poderá ser outra. É no que aposta o líder da Oposição na Câmara, Luciano Zucco (PL-RS). "Essa será uma CPI diferente de todas as outras", disse ele ao Correio Político. A diferença está nas vítimas: milhões de aposentados.

Mais simples

"É uma CPI que envolve o povo mais simples, mais vulnerável", avalia Zucco. "Não adianta tentar abafar, porque essa CPI já está na boca do povo". É nesse ponto que a oposição aposta no desgaste. Ela pode atingir o governo em uma das suas principais bases de apoio.

Chapa branca

Zucco faz um alerta: uma CPI "chapa branca", feita para proteger culpados, será um erro irreparável. "Quem aceitar ser titular dessa CPMI tem que saber: o Brasil inteiro vai estar assistindo. Não pode haver blindagem. Não pode ter investigação seletiva".

Irmão do Lula

Zucco já adianta um possível alvo político: o irmão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, conhecido como Frei Chico. Não há indicação de envolvimento dele, mas há do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (Sindinap), do qual ele é diretor.

"Proteção"

"O sindicato do irmão do presidente Lula, o Sindinap, até agora, sequer foi incluído no escopo da investigação. Tem gente sendo protegida, sim", diz Zucco. A oposição apresenta as suas armas. O Correio Político tentou falar com o lado do governo. Não conseguiu.

Governo joga culpa por mais gastos no Congresso

Ideia é apontar hipocrisia da oposição. Especialistas avaliam

Por Gabriela Gallo

Lula Marques/Agência Brasil

Decisão do Congresso impactou gastos públicos

A primeira sessão conjunta do Congresso Nacional que discutiu vetos presidenciais resultará em impactos orçamentários para o poder Executivo. Deputados federais e senadores avaliaram 34 dos 60 vetos presidenciais, na última quarta-feira (17). Os demais vetos foram adiados por falta de acordo entre os parlamentares e a expectativa é que eles sejam avaliados em próxima sessão conjunta, que deve ocorrer antes do recesso parlamentar, em 18 de julho. Diante disso, o governo federal ensaia um discurso para tentar classificar a oposição como hipócrita: dizem que o governo precisa cortar gastos, mas aprovam projetos e medidas que os aumentam.

Dentre os vetos derrubados está a correção do Fundo Partidário, previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina a correção do fundo ao valor de 2016 com reajuste ano a ano pela variação acumulada do IPCA, o índice oficial de inflação. Na prática, a medida representa um aumento de R$ 164,8 milhões a partidos políticos a partir de 2026.

Ao Correio da Manhã, o cientista político Rócio Barreto avaliou que a derrubada desse reajuste pode ser usada como um exemplo "para o Executivo se apresentar como contraditório a privilégios políticos em tempos de ajuste fiscal". Ele ainda reiterou que o governo precisa "marcar a oposição de forma nominal".

"Tem que mostrar quem são os congressistas individualizando os votos, mostrar as contradições específicas de líderes oposicionistas, principalmente para aqueles que vocalizam críticas à política fiscal do governo", detalhou Barreto.

Comunicação

E a principal maneira de alcançar essa estratégia do governo é melhorando a comunicação institucional e o marketing governamental. Para a reportagem, o presidente do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP) Odilon Guedes destacou que, se o governo federal tem o interesse de direcionar a responsabilidade do impacto fiscal ao Congresso, "esse tipo de política precisa ser esclarecida". Do contrário, "o que acaba acontecendo é uma confusão generalizada".

"Os representantes do governo precisariam ir para a mídia (rádio, televisão, jornais, etc) explicar claramente alguns desses vetos e explicar por que isso iria prejudicar a população. Isso precisa ser feito de forma didática, porque senão fica um jogo político. O governo fala que a oposição é demagoga e a oposição ao mesmo tempo fala que o governo não está cortando gastos", explicou Guedes ao Correio.

Na mesma linha, Rócio Barreto reiterou que "o governo precisa ir além dos bastidores e traduzir o impacto dessas decisões legislativas para a vida cotidiana das pessoas".

"Isso exige agilidade narrativa e que seja didático, principalmente nas redes sociais. Falar em uma linguagem clara, objetiva, que todos possam entender", destacou o cientista político.

Outro veto que foi derrubado pelos congressistas e deve trazer grande impacto popular é a derrubada de um veto que aumentará a conta de luz. O Legislativo derrubou vetos de itens inseridos no projeto sobre energia eólica em alto-mar e, dentre as medidas, prorrogou por 20 anos os subsídios concedidos para pequenas hidrelétricas, parques de energia de biomassa e de energia eólica que estão sob as regras do Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Na prática, a medida resultará em um aumento de 3,5% na conta de luz dos consumidores gerais.

CPMI do INSS e IOF serão pautas prioritárias da oposição

Por Gabriela Gallo

Ascom Zucco

Motta tomou café da manhã com a oposição

Após o feriado de Corpus Christi, comemorado em 19 de junho, a expectativa é que o início da próxima semana seja esvaziado no Congresso Nacional, devido à festa de São João, celebrada em 24 de junho (terça-feira). Na quarta-feira (18), estava previsto acontecer a semanal reunião de líderes das bancadas da Câmara dos Deputados mas o encontro foi cancelado, sem justificativa. Porém, seguem as articulações de parlamentares da oposição ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Além dos encontros com representantes governistas, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), buscará se encontrar com mais frequência com esses congressistas. A informação foi divulgada pelo líder da oposição na Câmara, deputado Luciano Zucco (PL-RS), em conversa com a imprensa logo após um café da manhã entre Motta e 21 congressistas da oposição na última terça-feira (17).

Zucco confirmou que o encontro entre Motta e parlamentares da oposição deve ocorrer semanalmente para discutir as pautas da oposição. "Espero que esse diálogo com o presidente Hugo Motta permaneça", disse o líder da oposição. No encontro, com Motta, foram discutidas as principais pautas de interesse da oposição.

CPMI

Dentre as pautas consideradas urgentes pelos congressistas da oposição, está a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investigará o esquema de desvios irregulares de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ao final da sessão conjunta do Congresso para definir sobre a derrubada ou manutenção de vetos presidenciais, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), leu o requerimento que solicita a abertura dos trabalhos da comissão e, consequentemente, autorizou o início dos trabalhos.

Os partidos precisam escolher seus representantes que irão compor os 15 deputados federais e 15 senadores titulares do colegiado (e mesmo número de suplentes). Apesar dos nomes ainda não terem sido confirmados, articula-se que o senador Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente da comissão – ele foi indicado pelo próprio Alcolumbre. O governo cogitou emplacar a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP) para ser a relatora do caso. Contudo, Hugo Motta manifestou que pretende selecionar um parlamentar de perfil neutro para relatar a CPMI.

O deputado Luciano Zucco, por outro lado, reiterou que a oposição não abrirá mão de ocupar espaço na mesa diretora dos trabalhos da CPMI, ainda mais que a coleta de assinaturas para a abertura do processo começou pela oposição. "Não pode ser uma CPMI chapa branca, ou seja, não pode ser uma CPMI com integrantes governistas, tem que ter deputados e senadores que queiram entender o todo", defendeu Zucco, em conversa com a imprensa logo após a reunião com Motta.

IOF

Além disso, a oposição ainda conversou com Motta sobre o avanço do Projeto de Decreto Legislativo que susta o recente aumento do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) promovido pelo governo federal (PDL 314/2025). Na segunda-feira (16), a Câmara aprovou a urgência da medida, ou seja, o projeto não precisa mais ser analisado nas comissões e pode ser votado direto no plenário.

Zucco reiterou que a oposição "não permitirá mais nenhuma ação" que implique aumento de impostos por parte do governo". Os congressistas presentes defenderam que a escalada tributária é inaceitável e representa mais um ataque ao bolso dos trabalhadores e cidadãos comuns.

Eles também trataram da polêmica com o governo envolvendo uma possível trava da liberação de emendas parlamentares. "A oposição não vê problema nenhum de debater sobre as emendas [parlamentares], mas isso não pode ser tratado como uma ameaça. Por incrível que pareça, hoje, utilizando de maneira correta, as emendas é que salvam as prefeituras", defendeu Zucco.